

A PERSEVERANÇA DE BRASÍLIA TEIMOSA: direito à cidade e uma análise crítica da exclusão urbana em Natal na década de 1960

Daniel Veras de Araujo¹ (PPGH-UFRN)

Orientadora: Dra. Fabíula Sevilha (UFRN)

RESUMO:

O artigo analisa a formação da comunidade de Brasília Teimosa em Natal, no contexto das transformações urbanas da década de 1960. A partir dos conceitos de “direito à cidade”, de Lefebvre, e da “produção capitalista do espaço”, de Harvey, discute-se a exclusão territorial e a luta por moradia das populações marginalizadas. Brasília Teimosa emerge como um exemplo emblemático da resistência popular em meio às dinâmicas de especulação imobiliária e segregação espacial. Para isso, utilizam-se fontes históricas e a metodologia da análise do discurso de Norman Fairclough, evidenciando as relações entre práticas discursivas e estruturas sociais excludentes.

PALAVRAS-CHAVE: Brasília Teimosa; direito à cidade; exclusão urbana; produção do espaço capitalista; Espaços informais.

THE PERSEVERANCE OF BRASÍLIA TEIMOSA: The Right to the City and a
Critical Analysis of Urban Exclusion in Natal in the 1960s

ABSTRACT:

This article analyzes the formation of the Brasília Teimosa community in Natal within the context of urban transformations during the 1960s. Using Lefebvre's concept of the “right to the city” and Harvey's “capitalist production of space,” the study discusses territorial exclusion and the housing struggles of marginalized populations. Brasília Teimosa emerges as an emblematic example of popular resistance amidst real estate speculation and spatial segregation dynamics. The analysis employs historical sources and Norman Fairclough's discourse analysis methodology to highlight the relationships between discursive practices and exclusionary social structures.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrando pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; link: <http://lattes.cnpq.br/9001449189797998>; E-mail: professorveras99@gmail.com

Introdução

O espaço urbano, em sua complexidade e dinamicidade, constitui um dos principais focos de análise para compreender as transformações sociais e econômicas que moldam a organização das cidades contemporâneas. Neste trabalho reconheço o espaço como um conjunto dinâmico e complexo de relações de fixos e fluxos, abrangendo dimensões físicas e sociais. Aqui o espaço deve ser entendido como uma dimensão dialética da sociedade, formada por uma configuração sistêmica que funde objetos e ações em um todo coeso (SANTOS, 2008).

No contexto deste artigo, a abordagem sobre o espaço é intrinsecamente conectada ao conceito de "direito à cidade", proposto por Henri Lefebvre. Para Lefebvre, o direito à cidade não se limita ao simples acesso ao espaço urbano, mas implica a possibilidade de transformação, apropriação e recriação do espaço pelas populações que nele vivem (LEFEBVRE, 2001). Esse direito, muitas vezes negado às populações marginalizadas, é um tema central para a compreensão das ocupações informais, como Brasília Teimosa, onde a luta pela permanência e pela dignidade no espaço urbano se torna um marco da resistência social frente às dinâmicas de exclusão.

Outro conceito essencial para a discussão é o da produção capitalista do espaço, amplamente analisado por David Harvey. A partir dessa perspectiva, compreende-se que a soberania do capitalismo alcançou tal amplitude que passou a influenciar diretamente a produção dos espaços urbanos. Sob a lógica do capital, a cidade e suas habitações tornam-se mercadorias, conduzidas por uma unidimensionalidade do acúmulo de riqueza (HARVEY, 2006). Esse processo subordina o direito à moradia à capacidade de compra e empurra as populações mais vulneráveis para as margens das cidades ou para ocupações informais, criando dinâmicas de exclusão territorial e segregação espacial.

É nesse panorama que a ocupação de Brasília Teimosa em Natal, Rio Grande do Norte, surge como um caso emblemático para refletir sobre as interações entre a

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

produção do espaço, a luta pelo direito à cidade e a resistência das populações marginalizadas frente à hegemonia capitalista. A comunidade, formada a partir de ocupações informais na década de 1960 – recorte temporal deste objeto – apresenta-se como um exemplo claro das consequências da lógica capitalista sobre a produção dos espaços urbanos. A ausência de políticas públicas eficazes para habitação, combinada com o crescimento populacional acelerado e a especulação imobiliária, resultou na formação de territórios informais como alternativa de moradia para as classes populares.

Este artigo busca, portanto, analisar a formação de Brasília Teimosa sob essas perspectivas, destacando as tensões entre as dinâmicas capitalistas e as estratégias de resistência dos moradores. Para tanto, a pesquisa está ancorada em fontes históricas, como jornais da época, que registram os conflitos e as negociações envolvendo a comunidade, analisados a partir da metodologia desenvolvida por Norman Fairclough.

Desenvolvimento Urbano: o contexto que precede Brasília Teimosa

De acordo com o estudo *Tendências Demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000* (IBGE, 2007), a segunda metade do século XX foi um período de intensas transformações sociais no Brasil, marcadas por um acentuado crescimento da população urbana em relação à rural. Em 1940, o Brasil ainda era predominantemente rural, com cerca de 2/3 da sua população vivendo no campo. Contudo, ao final do século, essa situação se reverte: em 2000, a população urbana passou a representar aproximadamente 81% da população total, enquanto a rural havia diminuído drasticamente para aproximadamente 19%. Esse fenômeno de urbanização acelerada pode ser atribuído a uma série de fatores, como a industrialização, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a modernização das cidades e o movimento migratório de

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

trabalhadores rurais em direção aos centros urbanos, em busca de melhores oportunidades econômicas e de vida (IBGE, 2007).

No contexto do Rio Grande do Norte, essas mudanças refletem-se de maneira particular, especialmente na cidade de Natal, que experimentou um crescimento populacional expressivo no período entre as décadas de 1940 e 1960 (IBGE, 2007).

Com a chegada dos norte-americanos a Natal na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade vivenciou uma nova experiência de espaço e tempo que marcou profundamente suas relações sociais. Esse contexto não apenas moldou as conjunturas econômicas e sociais do período, mas também exerceu uma influência que impulsionou o desenvolvimento futuro da cidade. Esse cenário de interação cultural e a consequente modernização das infraestruturas urbanas contribuíram para uma crescente atratividade de Natal, intensificando o fluxo populacional ao longo das décadas seguintes (LOPES, 1997).

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, a população de Natal aumentou significativamente, passando de 35.242 habitantes em 1940 para 201.000 habitantes em 1967, o que representa um crescimento expressivo em pouco mais de trinta anos, assim como podemos observar no seguinte gráfico (IBGE, 2008):

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Figura 1 - Evolução da População de Natal

Século	Ano	População	Fonte
XVII	1630	Aproximad. 120 - 130 hab.	Frei Vicente do Salvador, História do Brasil [1627], 1982.
XVIII	-	Aproximad. 900 hab.	Adriano Verdonck Brabant [1630], apud Cascudo [1946] 1999.
XIX	1805	6.393 hab.	Domingos Monteiro da Rocha, 1759, apud Cascudo, [1945] 1999.
	1810	5.977 hab.	Mappa dos habitantes existentes nesta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação capital do Rio Grande do Norte neste ano de 1810. Acervo do IHG/RN
	1873	8.909 hab.	Recenseamento do ano de 1873. Acervo do IHG/RN
XX	1900	16.056 hab.	Recenseamento oficial do ano de 1900. Apud Cascudo, [1946] 1999.
	1940	35.242 hab.	Cascudo, [1946] 1999.
	1967	201.000 hab.	Dantas et ali, 2006.
	1980	416.898 hab.	Censos demográficos do IBGE
	1991	606.887 hab.	
	2000	712.317 hab.	

Fonte: MELO, Carina Mendes dos Santos Melo; SILVA FILHO, Romero de Oliveira e. (Org.). **Centro Histórico de Natal**. Natal: IPHAN/RN, 2007.

Esse aumento populacional entre as décadas de 1940 e 1960 foi fortemente impulsionado pelo processo de migração no Rio Grande do Norte, influenciados por um conjunto de fatores como episódios de seca no sertão potiguar e suas altas expectativas nas transformações econômicas, urbanas e sociais, na capital do Estado. Especialmente devido ao processo de industrialização nas cidades e à modernização agrícola no campo. Essas mudanças resultaram na diminuição de empregos rurais e, ao mesmo tempo, ampliaram as oportunidades nos centros urbanos, levando a uma significativa migração para Natal. Políticas de desenvolvimento regional, como as da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), também desempenharam um papel crucial, estimulando investimentos urbanos e a criação de infraestrutura que atraíam trabalhadores do interior do estado em busca de melhores condições de vida (CLEMENTINO, 1990).

Essa expansão urbana não se restringe a um crescimento demográfico, mas envolve também transformações socioeconômicas profundas. A industrialização e o incentivo à urbanização, promovidos pela SUDENE, introduziram novos processos

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

produtivos e exigiram adaptações na infraestrutura e nos serviços urbanos (CLEMENTINO, 1990). Ao final da década de 1960, período que constitui o recorte temporal do objeto desta tese, o Rio Grande do Norte já apresentava níveis elevados de urbanização, os dados do censo demográfico de 1960 apontam para uma taxa de urbanização de quase 50% nesta década (PRANTO, 2017).

O rápido crescimento populacional intensifica de forma contínua a demanda por habitação, uma necessidade que a cidade, com suas condições estruturais limitadas, não consegue suprir adequadamente, refletindo na formação de espaços informais². Em meio a essa efervescência urbana e ao agravamento da crise habitacional, surge a comunidade de Brasília Teimosa, formada por moradores que, diante da falta de alternativas e descaso governamental com a questão da moradia, passaram a ocupar terrenos disponíveis de maneira informal. Esse movimento de ocupação não apenas evidencia as carências do planejamento urbano, mas também simboliza a luta das classes populares por um espaço na cidade.

Brasília Teimosa e sua gênese

A comunidade de Brasília Teimosa, localizada na Zona Leste de Natal, começou a se consolidar entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, em um cenário marcado pela ocupação de terrenos sem uso prático pelo poder público e particulares (LIRA, 2011), em meio a um contexto de crescimento constante pela demanda à habitação, observado anteriormente. Os primeiros vestígios sobre as primeiras ocupações, são possíveis de serem observadas no jornal A Ordem publicada em 7 de abril de 1962:

O povo construiu o bairro durante a noite

São estes os principais problemas de Brasília Teimosa. O leitor talvez esteja desejoso de saber como surgiu esta favela na nossa cidade. É simples. O próprio nome indica: "pela teimosia de seus primeiros moradores". Em 1958 foram construídas no local, atualmente

² Neste texto, os espaços informais são entendidos como áreas urbanas desenvolvidas sem o planejamento ou a regulamentação das instituições legais do Estado brasileiro, formadas em territórios não contemplados pelas políticas de urbanização oficial.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

ocupado pela comunidade, 4 casas de propriedade dos senhores Mariano Francisco de Lima, Antonio Torquato, Inacio Silva e Cícero Peba.

INVESTIDA

Quando do término da gestão do Sr. José Pinto Freire (fins de 60 para início de 1961), apareceu nos limites da praia do meio um monte de material de construção, tal material tinha sido ali colocado para ser revendido. tomava conta um guarda da inspetoria de trânsito. Do dia para a noite surgiram 80 casas no local. Por ordem do prefeito Djalma Maranhão, o Sr. João Santana, então chefe da seção de cadastro, foi proibir a continuação das construções, de vez que aquele terreno estava sendo loteado pela prefeitura (loteamento da avenida circular). todas estas casas foram derrubadas por ordem do prefeito.

PERSISTÊNCIA

O povo não desistiu. grande número de flagelados vindos do interior, juntamente com pessoas residentes no canto do mangue, formou o chamado “Clube da Lamparina” e de noite, cada qual com uma lanterna começou a construção de novas casas. Novamente, sem que as autoridades municipais previssem surgiram 130 residências. Nesta altura, o Dr. Ernani Silveira mandou fiscais para vigiar o local durante o dia e também a noite. Com essa medida cessaram as construções clandestinas.

EVOLUÇÃO

É esta a síntese do histórico de “Brasília Teimosa”. Foi um bairro que surgiu, como pode notar os leitores, por teimosia, por isto que o nome atual é justificado.

Os compradores dos lotes estão recebendo dinheiro pago pela prefeitura, de vez que não puderam construir no local, em consequência da invasão do povo.

A reportagem revela que as primeiras ocupações de Brasília Teimosa datam de 1958, quando foram erguidas quatro casas pelos senhores Mariano Francisco de Lima, Antônio Torquato, Inácio Silva e Cícero Peba, estabelecendo o marco inicial da comunidade. O nome "Brasília Teimosa" é, por si só, carregado de simbolismo, refletindo o espírito de resistência dos moradores que, ao longo dos anos, enfrentaram a constante repressão policial e a demolição de suas moradias, já que a ocupação não possuía respaldo legal.

Essa persistência dos moradores parece ter sido motivada pela necessidade urgente de habitação em uma cidade onde o acesso a moradias formais era escasso e determinado pelo poder de compra do cidadão. Em resposta às tentativas de remoção, a comunidade organizou o “Clube da Lamparina”, uma estratégia que lhes permitia construir casas à noite, iluminados apenas por lanternas, num ato de

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

resistência que desafiava a vigilância das autoridades. Essa tática não só garantia a continuidade das construções como também unia os moradores em torno de alguns objetivos comuns: consolidar seu espaço na cidade e suprir sua necessidade por uma habitação.

Assim, o nome "Brasília Teimosa" não apenas indica o local, mas reveste a história de luta e teimosia dos habitantes, que, diante de tantas adversidades, reivindicaram o direito à cidade e ao lar. Cada construção erguida, cada lanternada noite adentro era uma afirmação desse direito, demonstrando que, apesar das tentativas de remoção e da falta de amparo legal, a comunidade seguiu firme em sua determinação de se estabelecer e prosperar.

De fato, a denominação "Teimosa" não apenas refletia a persistência dos moradores, mas também simbolizava o contraste marcante entre os luxos da recém-construída capital federal, Brasília, e as condições precárias dessa comunidade costeira. Enquanto Brasília (capital do Brasil) se erguia como um símbolo de modernidade e planejamento urbano, Brasília Teimosa desenvolvia-se de forma improvisada e sem amparo estatal, evidenciando uma ironia que, aos poucos, consolidava a identidade local.

Ainda, diante da observação de algumas fontes históricas, pode-se observar que a ocupação de Brasília Teimosa tornou-se palco de conflitos frequentes entre os moradores e agentes da Guarda Municipal e da Polícia. Essa luta por uma habitação minimamente digna, manifesta-se em múltiplas dimensões, inclusive no embate físico, como podemos perceber no episódio relatado pelo jornal *Diário de Natal em agosto de 1962*, quando moradores armados ameaçaram os guardas que tentavam impedir a construção de casebres na área.

"GUARDA MUNICIPAL IMPOTENTE PARA IMPEDIR CONSTRUÇÃO DE CASEBRES: BRASÍLIA TEIMOSA

Moradores ameaçaram 'cortar os policiais de facão' - Por pouco não houve um choque

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Foi necessária a intervenção da polícia, ontem à tarde, cerca das 17,30 horas, a fim de que não se registrasse um choque, entre moradores de casebres em Brasília Teimosa e elementos da Guarda Municipal do Natal.

A fato originou-se quando dois Guardas Municipais, que ali dão serviço, procuraram evitar que se construísse no local casebres.

A interferência dos funcionários da Prefeitura, ocasionou um ajuntamento de pessoas residentes em Brasília Teimosa, que, (alguns armados), procuravam evitar que os Guardas Municipais impedissem a construção dos mocambos.

AMEAÇARAM

Alguns dos mais exaltados ameaçaram "cortar de facção" os dois Guardas Municipais e, certamente o teriam feito, se outras pessoas não tivessem intervido, impedindo um choque.

Posteriormente, compareceu no local, um destacamento da Rádio Patrulha que restaurou a ordem." (jornal Diário de Natal, 22 de agosto de 1962, Edição 6698)

Esse incidente exemplifica a dimensão física do embate entre os ocupantes e as autoridades, que viam a comunidade como uma ocupação ilegal, passível de repressão. Tal resistência, no entanto, parece ser uma resposta desesperada da população local, que reivindicava o direito de habitar a cidade, mesmo que à margem das regulamentações formais.

Tecendo brevemente uma análise textual com base na metodologia apresentada no livro “Discurso e Mudança Social” do Norman Fairclough, ao iniciar pelo título “GUARDA MUNICIPAL IMPOTENTE PARA IMPEDIR CONSTRUÇÃO DE CASEBRES: BRASILIA TEIMOSA” é possível notar na organização dessas palavras um tom de conflito ao enfatizar a "impotência" das forças policiais diante da determinação dos moradores em construir suas habitações. Este termo sugere uma oposição de forças entre a população e as autoridades, destacando a incapacidade do poder estatal em exercer controle sobre aquela área. Além disso, o uso de termos como “choque” e “ameaçaram cortar os policiais de facção” intensifica a ideia de tensão e perigo, descrevendo os moradores como indivíduos exaltados e armados, enquanto a intervenção da Rádio Patrulha é apresentada como necessidade para “restaurar uma ordem”.

A linguagem utilizada no texto também recorre a expressões repletas de subjetividade, como “exaltados” e “certamente o teriam feito”, construindo uma

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

imagem negativa dos moradores. Essas escolhas lexicais reforçam a visão dos ocupantes como uma ameaça e posicionam a Guarda Municipal quase como uma vítima, indicando que a violência teria ocorrido se não fosse a intervenção de “outras pessoas”. Essa construção linguística, portanto, tende a moldar a narrativa em favor da autoridade pública, enquanto sugere um comportamento desordeiro dos moradores.

Além disso, é importante observar o lugar de produção dessa fonte histórica, tendo em vista que, o jornal, ao reportar esse embate, é participante não apenas como uma fonte de informação, mas também como um possível mediador ideológico que reforça a autoridade estatal e questiona a legitimidade das ocupações informais.

Ao narrar o evento com foco nas ameaças feitas pelos moradores, o *Diário de Natal* pode estar respondendo a uma expectativa social de criminalização das ocupações irregulares e de apoio ao poder público. Essa prática discursiva contribui para construir uma representação dos moradores como uma ameaça à ordem urbana e legitimar a intervenção policial como uma medida necessária para conter o “caos”. Dessa forma, o jornal articula uma narrativa que reforça a hegemonia do discurso estatal de controle sobre áreas de ocupação, minimizando as demandas sociais dos ocupantes por moradia e por inclusão na cidade formal.

Na dimensão da prática social do discurso, é possível notar que o artigo reflete as tensões socioeconômicas e políticas da época, nas quais o direito à cidade — enquanto a possibilidade de ocupação e participação no espaço urbano — era limitada a determinados grupos sociais. Ao descrever a resistência dos moradores de Brasília Teimosa, o texto expõe a dinâmica de exclusão social e espacial enfrentada pela população mais pobre de Natal.

A resistência dos moradores ao tentarem construir suas casas em uma área de ocupação informal pode ser interpretada como uma luta pelo direito à cidade,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

conforme teorizado por Henri Lefebvre. Eles buscavam, por meio dessa ocupação, a possibilidade de existir e perpetuar suas vidas no meio urbano. No entanto, a narrativa jornalística, ao enfatizar o caráter violento e caótico da ocupação, ajuda a naturalizar e legitimar a exclusão desses moradores do espaço urbano planejado, justificando, assim, as ações repressivas como medidas legítimas.

Ao apresentar a presença da Polícia e da Guarda Municipal como uma resposta necessária, o jornal acaba reafirmando uma estrutura social que privilegia a ordem exigida sobre as demandas sociais por habitação, reforçando a hegemonia das elites e do poder público. Em um contexto de expansão urbana e valorização imobiliária, a narrativa jornalística contribui para a construção de uma percepção negativa da ocupação, alinhando-se com os interesses que visavam à exclusão de população informais das áreas centrais e valorizadas da cidade.

A produção capitalista do espaço e a formação dos espaços informais.

Outra discussão que merece atenção, para uma compreensão mais aprofundada do objeto de estudo, refere-se à formulação de uma hipótese baseada na construção de uma narrativa que estabelece uma relação direta entre a produção capitalista do espaço, conforme descrita por David Harvey em *A Produção Capitalista do Espaço*³, e a formação de espaços informais nas cidades capitalistas. De acordo com Harvey, a lógica capitalista tende a influenciar fortemente o desenvolvimento urbano e a oferta de habitação, no sentido em que transforma a moradia em uma mercadoria, desvinculando-a de seu valor social e atrelando-a ao acúmulo de capital. Sob essa ótica, o direito à moradia fica submetido pela capacidade de compra, o que gera processos de exclusão para as parcelas da população que não conseguem atender às exigências do mercado imobiliário. Para esses indivíduos, sem condições financeiras de adquirir um imóvel, restam poucas alternativas de habitação, o que impulsiona a criação de ocupações informais.

³ HARVEY. *A Produção Capitalista do Espaço*. – 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

A concepção de espaço como mercadoria responde a uma lógica que alinha a necessidade humana de abrigo a um dos principais pilares do capitalismo: o acúmulo de riqueza. O problema é que essa perspectiva ignora o caráter essencial da moradia para o bem-estar e para a dignidade humana, desconsiderando, assim, os que não têm acesso ao mercado formal. Consequentemente, a função social do espaço urbano é suprimida pela dinâmica especulativa, na qual o valor do solo e dos imóveis se afasta das reais condições de acesso de boa parte da população.

Essa lógica excludente resulta em um cenário em que o direito à cidade – compreendido aqui como o acesso aos serviços urbanos, infraestrutura e oportunidades (LEFEBVRE, 2001) – é reservado apenas a quem pode pagar. A hegemonia da propriedade individual formalizada e registrada em cartório, acessível sobretudo aos de capital financeiro, acabou constituindo um dos mecanismos mais eficazes da máquina de exclusão territorial. O vínculo com o território é limitado a uma unidimensionalidade financeira, onde seu valor se resume à expectativa de rendimentos futuros (ROLNIK, 2015).

A cidade se apresenta como centro das ambições humanas em constante disputa, em que a produção do espaço obedece aos imperativos de acumulação capitalista e às demandas do mercado, onde o Estado aparece atuando no serviço da agenda capitalista, priorizando a construção de novas moradias para dinamizar a economia, em vez de atender às necessidades habitacionais de forma equitativa (MEDEIROS, 2013). Nesse contexto, quem não possui o capital para adquirir sua própria casa é empurrado para áreas periféricas, menos valorizadas ou mesmo não regulamentadas, onde o acesso à moradia se dá por meio de ocupações irregulares e informais.

A exclusão das classes vulneráveis do mercado formal de moradia leva à produção de espaços informais como uma consequência direta da lógica capitalista. A ausência de políticas públicas efetivas que integrem essas populações ao tecido

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

urbano formal tende a reforçar a tendência de ocupação de terrenos vazios, muitas vezes sem infraestrutura ou serviços básicos, como saneamento, iluminação e transporte. A informalidade emerge, então, como uma resposta às falhas do sistema, que prioriza o lucro e a especulação imobiliária em detrimento das necessidades sociais. Para muitos, ocupar um terreno torna-se a única alternativa possível para suprir a necessidade de abrigo, um direito essencial, mas inacessível para alguns no sistema capitalista de produção do espaço.

Esse processo de exclusão que impulsiona a criação de espaços informais dialoga diretamente com a forma de conceber o espaço urbano como mercadoria. O ciclo de acumulação e a busca incessante por lucro levam ao abandono das questões sociais, relegando as populações vulneráveis à informalidade e favorecendo a segregação espacial. Aqueles que não conseguem participar do mercado formal acabam criando dinâmicas urbanas, ocupando áreas sem planejamento ou regulamentação, o que acentua o caráter dual das cidades, divididas entre áreas formais, bem atendidas e integradas, e áreas informais, marginalizadas e com pouco ou nenhum investimento público.

Seguindo essa linha de raciocínio, é pertinente observar como a estrutura de exclusão territorial produz experiências semelhantes em diferentes contextos geográficos. No caso da comunidade de Brasília Teimosa, essa dinâmica de produção dos espaços marginais materializa-se na luta coletiva pelo direito à moradia, uma reivindicação amplamente documentada em fontes históricas diversas. Documentos, registros de jornais e depoimentos de moradores evidenciam, além do processo de ocupação, a constante tensão sobre o destino dessa população, em meio às intenções governamentais de remover a comunidade. Um exemplo claro é encontrado na seguinte publicação de 1963, onde o jornal *A Ordem* destaca a visão dos governantes sobre Brasília Teimosa:

“Brasília Teimosa será transferida

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

No banquete oferecido ao Sr. Governador do Estado... perguntamos-lhe o que pretendia fazer com Brasília Teimosa, apêndice enfeando um dos mais belos trechos da cidade... Realmente faz parte do planejamento a sua retirada para local apropriado, e já estão sendo construídas casas populares para essa transferência. O aumento dos veranistas na faixa de Brasília Teimosa, é que tem dificultado as providências já elaboradas.” (Jornal A Ordem, 17 de agosto de 1963)

Esse fragmento evidencia a pressão exercida pelo poder público sobre a comunidade de Brasília Teimosa, tratada como um “apêndice” indesejável que comprometia a imagem dos setores mais valorizados da cidade. A fala do governador, ao afirmar que “faz parte do planejamento a sua retirada”, revela uma intenção clara de deslocar a comunidade para uma área periférica e longe dos 'belos trechos da cidade', evidenciando o desprezo pelas necessidades e desejos dos moradores. Embora não inclua diretamente a voz desses habitantes, a passagem sugere o impacto dessa política em suas vidas diárias, deixando transparecer o temor constante de despejo, imposto pela força governamental. O plano de remoção anunciado e as construções planejadas em outras áreas podem ter aumentado a sensação de insegurança e desamparo, reforçando o conflito entre a pressão pela valorização imobiliária e o direito de permanência dos moradores. Fenômenos similares, de remoções forçadas e pressões sobre comunidades marginalizadas, também eram observados em outros estados do Brasil, revelando uma dinâmica comum na produção capitalista do espaço urbano.

Nesse sentido, em outro contexto geográfico, especificamente na favela Vila Operária, no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense (RJ), Mauro Amoroso⁴ desenvolve um artigo⁵ que, por meio da metodologia da História Oral, traça a trajetória de construção e consolidação das moradias dessa comunidade. Ao longo desse processo, Amoroso identifica a reprodução de uma estrutura de exclusão, semelhante à observada na comunidade de Brasília Teimosa, onde os

⁴ Professor associado da FEBF/UERJ, do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTORIA/UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em História Social (FFP/UERJ).

⁵ AMOROSO, Mauro. Memória, propriedade e resistência: a trajetória da moradia como acesso ao direito à cidade. O Social em Questão, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 42, p. 169-188, set./dez. 2018.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

moradores enfrentaram pressões para abandonar o local. As entrevistas coletadas revelam sentimentos de insegurança e resistência, que refletem tensões e intenções governamentais semelhantes às documentadas sobre a tentativa de remoção de Brasília Teimosa. Uma das principais entrevistadas, Djanira dos Santos, ao ser questionada sobre a mobilização comunitária para resistir às tentativas de remoção, relata:

E pra querer invadir pra atrapalhar a reunião que ele ia falar ao povo, né? Que já era sobre a Vila Operária. Porque teve BNH querendo invadir aqui, querendo construir prédios dizendo que ia dar um apartamento pra cada um e a gente não deixava ir. E a gente falava, botava o povo consciente do que tava acontecendo. [...] Vinham dando propostas que iam invadir aqui pra fazer com escavadeira, com tudo, pra derrubar tudo e fazer prédios pra cada um dos moradores dava um apartamento a cada um dos moradores. (depoimento de Djanira dos Santos, 16/09/2017).

Esses depoimentos revelam o medo recorrente de despejo que permeava a vida dos moradores, e a clara intenção das autoridades de remodelar o território sem considerar o vínculo estabelecido pela comunidade com o local. A resistência dos habitantes da Vila Operária, assim como em Brasília Teimosa, ilustra a luta pela permanência e pelo direito de decidir sobre o próprio espaço.

As situações descritas em distintos contextos geográficos, mas com notáveis semelhanças em seus processos de formação, evidenciam pontos de encontro e conflito entre o avanço da produção capitalista do espaço e a resistência dos territórios populares. No caso de Brasília Teimosa e da Vila Operária, observa-se uma dinâmica comum em que comunidades marginalizadas lutam para permanecer em áreas almejadas pelo mercado imobiliário e por interesses governamentais, os quais buscam transformar esses espaços para atender a objetivos econômicos e de “modernização” urbana. É evidente que, embora separados por contextos locais específicos, ambos os territórios revelam uma estrutura semelhante de disputa e negociação entre os moradores e as forças externas que tentam desarticular suas vidas e laços comunitários.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Essa conexão entre diferentes espacialidades reforça a ideia de que a exclusão territorial e a luta pelo direito à cidade são fenômenos globais, manifestando-se em múltiplas escalas e temporalidades. Assim, Brasília Teimosa, em sua resistência e na construção de um espaço próprio, integra uma dialética com outros espaços geográficos que considerados periféricos ao redor do mundo, compartilhando experiências semelhantes de exclusão e resiliência.

Considerações Finais

A análise da formação de Brasília Teimosa evidencia como a dinâmica capitalista de produção do espaço urbano gera processos de exclusão territorial que afetam diretamente populações marginalizadas. A lógica de mercantilização da moradia e a negação do direito à cidade, conforme Lefebvre, tornam-se elementos centrais para compreender os conflitos vividos por comunidades como Brasília Teimosa. A resistência dos moradores, manifestada pela persistência na ocupação e pela organização coletiva, revela a luta pela permanência e apropriação do espaço urbano, contrapondo-se às pressões do mercado imobiliário e às políticas públicas excludentes.

Ao adotar a metodologia da análise do discurso de Fairclough, foi possível desvendar como práticas discursivas contribuíram para a construção de narrativas que legitimaram ações de remoção e marginalização dessas comunidades. Contudo, ao mesmo tempo, essas fontes também permitem identificar as estratégias de resistência popular, que não apenas questionaram a hegemonia do capital sobre o espaço urbano, mas também criaram dinâmicas de solidariedade e reivindicação por direitos fundamentais.

Esse estudo reafirma que fenômenos como os observados em Brasília Teimosa são parte de uma dinâmica mais ampla e global, onde a exclusão territorial e a luta pelo direito à cidade são desafios recorrentes. Assim, compreender a história dessa comunidade não apenas lança luz sobre os processos de urbanização em

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Natal, mas também contribui para o debate sobre a necessidade de políticas urbanas que priorizem o bem-estar social e a inclusão, em detrimento de interesses especulativos. Brasília Teimosa emerge, portanto, como um símbolo de resistência e resiliência, representando as vozes que insistem em permanecer e transformar os espaços urbanos de acordo com suas necessidades e aspirações.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, Mauro. Memória, propriedade e resistência: a trajetória da moradia como acesso ao direito à cidade. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 42, p. 169-188, set./dez. 2018;

BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas (org.). *Por uma História-Mundo*. São Paulo: Autêntica, 2015;

CLEMENTINO, Maria do L. Miranda (1990). *Complexidade de uma Urbanização Periférica*. Campinas (SP): IE/UNICAMP;

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. . Coord. trad. rev. técnica e pref. técnica e pref. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 316 págs. Universidade de Brasília, 2001;

HARVEY. *A Produção Capitalista do Espaço*. – 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006;

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos de 1940 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007;

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SEMURB, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo; DIPE, Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística; SPE, Setor de Pesquisa e Estatística (ORG.) *Natal em dados e evolução da cidade*. Natal: IPHAN/RN, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001;

LIRA, Isaac. *A Resistência da Brasília Litorânea*. Tribuna do Norte, Natal, 01 maio de 2011;

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

PRANTO, Aliny Dayany Pereira de Medeiros. *O desenvolvimento urbano da cidade do Natal na década de 1960 e a campanha "De pé no chão também se aprende a ler"*. XXIX Simpósio Nacional de História, 2017;

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 8. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. - (Coleção Milton Santos; 1);

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade